



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Ângelo
PODER LEGISLATIVO

Lei Municipal nº 4.682, de 19 de janeiro de 2024.

Altera o artigo 15-A, da Lei Municipal nº 3.127/2007.

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO DE SANTO ÂNGELO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo §7º, do art. 67 da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, o Prefeito Municipal sancionou tacitamente e eu promulgo a seguinte

L E I:

Art. 1º - O artigo 15-A, da Lei Municipal nº 3.127/2007 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 15-A. Deverão ser concedidas aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo no exercício de atividade de natureza especial as seguintes gratificações, que serão pagas mensalmente:

I - Gratificação especial pela designação de servidor para exercer a função de Pregoeiro/Agente de Contratação, no valor correspondente a 3,5 (três vírgula cinco) Padrões de Referência Legislativo - PRL;

II - Gratificação especial pela designação de servidor para integrar a Equipe de Apoio do Agente de Contratação ou Equipe de Apoio ao Pregoeiro, no valor correspondente a 01 (um) Padrão de Referência Legislativo- PRL

III - Comissão de Contratação, de até 03 servidores, formada com os técnicos necessários para análise do objeto da licitação, no valor correspondente a 01 (um) Padrão de Referência Legislativo- PRL, a qual será paga somente no período da licitação até a sua homologação.

§1º. A todos os membros compete:

I - É da competência da comissão permanente de licitação, do Pregoeiro e da autoridade superior verificar se houve recente pesquisa de preço junto a fornecedores do bem a ser licitado e se essa pesquisa observou critérios aceitáveis.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Ângelo
PODER LEGISLATIVO

II - Processar e julgar todos os processos de licitação e praticar os atos necessários a alcançar esses objetivos, incluindo:

III - abertura, direção e encerramento das reuniões públicas de habilitação dos licitantes e de classificação das propostas e das reuniões, públicas ou reservadas, de julgamento;

IV - o exame formal, nos termos do instrumento convocatório, dos documentos de habilitação e a consequente habilitação ou inabilitação dos licitantes;

V - o exame formal das propostas comercial e técnica e o respectivo julgamento conforme estabelecido no instrumento convocatório;

VI - rubricar os documentos de habilitação e os relativos às propostas;

VII - receber recursos contra seus atos, dirigidos à autoridade superior;

VIII - notificar os demais licitantes dos recursos interpostos contra seus atos;

IX - rever seus atos em razão de recursos interpostos, remetendo-os à autoridade superior quando mantiver as decisões proferidas;

X - promover diligências no interesse do procedimento da licitação;

XI - sugerir à autoridade superior a revogação do processo licitatório;

XII - sugerir à autoridade superior a anulação do processo licitatório;

XIII - sugerir à autoridade superior a aplicação de sanções aos licitantes que se conduziram irregularmente durante procedimento da licitação;

§2º. Competências privativas do Presidente:

I - abrir, presidir e encerrar as sessões dessa CPL;

II - anunciar as deliberações dessa CPL;

III - exercer o poder de polícia no local de reunião dessa CPL, requisitando, via autoridade competente, a

necessária força policial para a manutenção da ordem nesses locais e dos atos proferidos e, observada essa exigência, requisitar essa força para restabelecer a ordem;

IV - resolver, quando forem da sua competência decisória, os pedidos verbais, devidamente registrados em ata, ou escritos, apresentados nas sessões públicas;

V - instruir os processos a cargos da CPL, determinando a juntada ou o desentranhamento de documentos pertinentes;

VI - providenciar a publicação, na imprensa oficial ou em quadro de avisos, dos atos quando essa medida, a cargo da CPL, for exigida;

VII - solicitar informações necessárias à tramitação dos processos a cargo da CPL que preside e prestar informações sempre que solicitadas;

VIII - solicitar, via autoridade competente, assessoria, laudos e pareceres;

IX - relacionar-se com terceiros, estranhos ou não à Administração Pública licitante, no que respeita aos interesses da CPL que preside;

§3º. Competências privativas do Secretário:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Ângelo
PODER LEGISLATIVO

- I - auxiliar o Presidente na direção das sessões, públicas ou reservadas;*
- II - lavrar as atas das reuniões da CPL;*
- III - preparar, conforme orientação do Presidente, a correspondência a ser expedida e os avisos e atos para publicação, submetendo-os à Presidência;*
- IV - controlar os prazos e certificar o seu transcurso;*

§4º. Ao Pregoeiro e Agente de Contratação competem:

- I - É da competência da comissão permanente de licitação, do Pregoeiro e da autoridade superior verificar se houve recente pesquisa de preço junto a fornecedores do bem a ser licitado e se essa pesquisa observou critérios aceitáveis.*
- II - coordenar o processo licitatório;*
- III - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;*
- IV - conduzir a sessão pública na internet;*
- V - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;*
- VI - dirigir a etapa de lances;*
- VII - verificar e julgar as condições de habilitação;*
- VIII - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;*
- IX - indicar o vencedor do certame;*
- X - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;*
- XI - conduzir os trabalhos da equipe de apoio;*
- XII - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.*

§5º. À Equipe de Apoio do Agente de Contratação ou Equipe de Apoio do Pregoeiro:

- I – auxiliar o pregoeiro no recebimento e protocolo dos envelopes contendo as propostas e documentações;*
- II – auxiliar na abertura da sessão no credenciamento dos licitantes;*
- III – auxiliar na abertura dos envelopes fiscalizando o comportamento dos licitantes e velando pela integridade, autenticidade e regularidade da documentação;*
- IV – auxiliar durante a fase de lances, pronunciando o valor proposto, constante na proposta de cada licitante, de forma que o Pregoeiro faça anotação na planilha de lances;*
- V – auxiliar o Pregoeiro na realização de eventuais diligências;*

§6º. No caso de o servidor ser pregoeiro/agente de contratação, membro da comissão de licitação, da equipe de apoio ou comissão de contratação concomitantemente, fará jus à maior das gratificações.



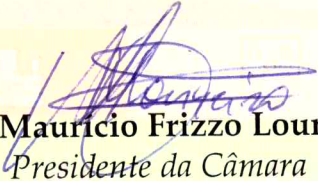
Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Ângelo
PODER LEGISLATIVO

§7º. As gratificações que tratam esse artigo terão caráter remuneratório.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Câmara de Vereadores de Santo Ângelo, RS, em 19 de janeiro de 2024.


Ver. **Maurício Frizzo Loureiro**
Presidente da Câmara